



CENSURA CINEMATOGRÁFICA NO BRASIL: 1964/1970¹

Antenor Adorne Filho
Eduardo Oliveira Coelho de Souza²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a censura no cinema a partir do Golpe Militar de 1964 até edição do AI-5, com acirramento do regime militar. Analisaremos as várias medidas autoritárias e repressivas que foram editadas e colocadas em práticas pelos sucessivos governos militares. Abordaremos a ação da censura sobre o movimento cultural que revelaria os verdadeiros projetos do regime instalado no plano político. Investigaremos o papel dos censores e do Serviço de Censura de Diversões Públicas – (SCDP), que teve um destacado papel como agência que visou coibir a livre atuação das produções artísticas. E um breve histórico da censura nos primórdios do cinema no Brasil.

Palavras Chave: Censura, Cinema, Ditadura Militar, Repressão Política.

1. Introdução

Este artigo é uma continuação de pesquisa iniciada no último ano da graduação na FAPA em 2008, para disciplina de História do Brasil IV, sob orientação Professor Ricardo Fitz, e que resultou no artigo intitulado Censura no Cinema Durante Ditadura Militar (ADORNE FILHO, 2008), neste referido artigo tivemos como base de argumentação o impacto das medidas tomadas pelos censores e algumas películas que sofreram cortes em diferentes períodos do regime militar. Nossas argumentações tiveram como embasamento o conceito ditadura: "...autoritária baseia-se nos meios tradicionais do poder coercitivo (exército, polícia, burocracia, magistratura), possuindo, por isso, escassa capacidade de propaganda e penetração direta nas instituições e nos grupos sociais, conseguindo apenas reprimir a oposição aberta e contentando-se com a massa apolítica e com uma classe dirigente disposta a colaborar" (BOBBIO, 2004).

Neste artigo, nos propomos a dar seguimento a esta pesquisa, utilizando o mesmo conceito ditadura, tendo como baliza temporal o início dos governos militares – 1964, até edição do AI-5.

¹ Este artigo foi elaborado para a disciplina do professor Dr. André Reis da Silva.

² Antenor Adorne Filho (antenor_2010@hotmail.com) e Eduardo Oliveira Coelho de Souza (eduardosza@yahoo.com.br) são pós-graduandos em História do Brasil Contemporâneo pela Faculdade Porto-Alegrense – FAPA.

Pretendemos abordar o trabalho da censura, identificar a influência dos fatores externos – direção da polícia federal, SNI entre outros, e a preocupação na formação dos censores e alguns de seus pareceres sobre produção cinematográfica no período pesquisado.

Desejamos contribuir, na elaboração desse trabalho demonstrar que a estrutura criada pelo regime militar para reprimir, censurar, tinha como único objetivo o controle da sociedade.

Quanto ao texto original de 2008, procuramos rever nossas posições, pois, o primeiro trabalho foi mais abrangente, tendo, período pesquisado os 29 anos do regime militar. Faremos a análise de alguns filmes e pareceres de censores e, a estruturação do aparato de controle dos meios de comunicação sociais.

2. Os Primórdios da Censura no Cinema

Para entendermos como a censura tomou forma e começou mostrar seus tentáculos relataremos numa pequena introdução alguns casos ocorridos no primórdio do cinema no Brasil.

Com a inauguração da primeira sala em São Paulo no ano de 1907, de exibição de fitas como era chamada na época, foi considerada uma novidade, a iniciativa de Francisco Ferrador que aluga um galpão dos padres salesianos, onde ficou acertado que nada se projetava sem aval do padre. Num certo momento o padre considerou a exibição de uma fita imprópria por causa de algumas cenas, foi lhe explicado pelo jovem empreendedor que bastava cortar com uma tesoura aquele trecho sem necessidade de suspender exibição, tornando-se uma ação corriqueira o uso da tesoura e emenda dos cortes pelos sacerdotes.

Várias salas foram criadas em todo território nacional. O primeiro grande incidente envolvendo a proibição da exibição de um filme ocorre em 1909 – Os Estranguladores, inspirado fato real, foi proibido por um segundo delegado auxiliar, sendo sua exibição liberada pela justiça depois de trinta dias, foi um dos primeiros grandes sucessos de público no Brasil. (GALVÃO, Maria Rita-1975).

Ocorre outro incidente em 1912, com o enfoque cinematográfico da vida do líder da Revolta da Chibata o marinheiro João Cândido, os atos de um homem negro que liderou uma rebelião contras métodos empregados na Marinha. O Chefe de Polícia do Rio de Janeiro proíbe exibição, manda apreender cartazes e reclames.

Em São Paulo em 1919, ocorre produção de uma fita cinematográfica que conta história de duas famílias rivais – O Crime de Cravinhos, a estréia ocorreu com retumbante sucesso, tendo sido apreendida a fita pela polícia, tendo um segundo e grandioso

lançamento, após a reintegração de posse dada pela justiça vinte dias depois. (ARAÚJO, Vicente de Paula – São Paulo, Perspectiva, p.382).

Estas três referências abordam alguns aspectos como prenúncio de mal e ameaças aos bons costumes na fita cortada pelo padre, ofensa a Marinha de Guerra, e, finalmente o desnudar das intrigas e mortes entre membros da elite econômica e social paulista, que darão as bases para censura vigente até alguns anos atrás no Brasil.

A censura é institucionalizada em 1932, com a criação das primeiras normas para o exercício do trabalho de censores, que são aperfeiçoadas em pleno Estado Novo, com DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, estando subordinado à Presidência da República. Este órgão destinava-se controlar as manifestações de pensamento e de opinião, do livro ao filme nacional ou que vem de fora, à transmissão do alto falante da praça do interior.

Intelectuais e jornalistas exerceram a função de censores o que não provocou nenhum protesto até governo de João Goulart.

Com a queda do Estado Novo o Brasil, é eleito o General Dutra, que cria através do Decreto nº 20.493, o Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, subordinado ao Ministério da Justiça, vigorando até o advento do AI-5.

Inicia um movimento que retrataria a realidade e o dia-a-dia do povo brasileiro: o Cinema Novo, um dos primeiros filmes que representam o movimento esta: Rio 40 graus (1955) de Nelson Pereira dos Santos, sendo liberado sua exibição para maiores de 10 anos, pelo Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, mas sendo revogada sua liberação por seu superior o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, para não exibição em todo Brasil, dando vários pareceres negativos. O mais curioso é que não havia assistido ao filme. Houve manifesto a favor do filme por parte da imprensa, intelectuais, estrangeiros, partidos políticos, sendo o filme liberado pela Justiça Federal em março de 1956. (SIMÕES, Inimá p.41/45 – 1999).

Com a eleição de Juscelino Kubitschek um otimismo toma conta do meio cultural e da sociedade, surge bossa nova, Cinema-Novo, deflagração nas artes plásticas e o boom na literatura, a censura sente os efeitos negativos no caso do filme Rio 40 graus, diminuindo sua influência, abrindo espaço às atividades da Confederação das Famílias Cristãs (CFC), criada em 1950, com grande força em São Paulo, influenciando na reavaliação dos pareceres da censura federal, fazendo campanhas junto distribuidores, exibidores e na imprensa.

Jânio Quadros tem uma passagem curta na Presidência da República, mas toma medidas que causaram estragos no campo da censura. Em 1961 assina Decreto nº 50.518, possibilitando aos Estados criarem seus próprios aparatos de censura, estabelecendo o caos. Poucos Estados assumiram as prerrogativas, criam departamentos de censura: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente João Goulart assume sob regime parlamentarista de governo, e sob a desconfiança dos militares, sofre pressão para acabar com o caos criado por seu antecessor que assinou o desastroso Decreto.

A Censura Federal é transferida para nova Capital Federal, e continua atuando fortemente sobre as produções culturais. A sociedade se mobiliza pelas reformas de base e agrária, estudantes participam da vida política.

O Cinema Novo brasileiro vive um período de grande produção e efervescência, sendo reconhecido por críticos europeus e dos demais países, mas se vê diante do Golpe Militar de março de 1964. (AQUINO, Maria Aparecida de, 1999, p.62/69).

3. A Censura Calando o Cinema

A censura não foi um privilégio do regime instalado com o Golpe de Estado de 31 de março de 1964, sua presença sempre foi uma constante no Brasil. Os censores visavam e tratavam como caso de polícia o controle e a interdição de produções de livros, jornais, teatro, música e cinema.

O autor destaca que "... sempre foram atividades visadas pelos mandantes do momento, pois as prerrogativas de censura de diversões públicas sempre foram dadas aos governos de maneira explícita, legalizadamente". (FICO, Carlos, p.187/188, 2004).

Os mecanismos censórios contaram com o beneplácito e o reconhecimento de alguns setores da sociedade, não criando nenhuma novidade, mas se amoldando de acordo com as necessidades do novo regime.

Nos primeiros dias após intervenção militar é promovida a projeção de Deus o diabo na terra do sol, de Glauber Rocha, que havia sido escolhido pelo Itamaraty para representar o Brasil no Festival de Cannes, a um grupo seletivo de autoridades e oficiais graduados. Houve por parte de um militar o pedido da queima do filme. Mas o Cinema Novo estava na sua fase mais produtiva Vidas Secas, também participará do mesmo festival de cinema, fazendo grande sucesso de crítica e público.

O filme de Glauber passa pelo crivo dos censores que fazem suas avaliações: utilizei fielmente a redação do censor Carlos Guterres – Entrechó, termo usado na ficha de censura diz; "...baseado esta película em costumes do Norte, onde o mesmo se desenrola, ou fazem crer que seja no Norte do país. História do gênero Lampeão, incluindo macumbeiros, e não

deixando fugir a pobreza do povo nordestino, onde há um personagem tipo de mocinhos propriamente ditos em filmes americanos, digo mais essa película em demasia a pobreza brasileira onde não há razão, de deixarem rodar em outras gabinetes estrangeiras para não ridicularizar nosso país”. Apreciação Técnica, também é um termo usado na ficha de censura; “Não é de toda mal filmada é que o cenário não ajuda dada a pobreza de paisagem”. Apreciação Moral: “Um filme ridículo, pois o bom senso, não deixaria, sair fora do país, assim dessa forma nos livraríamos, de ser criticados no estrangeiro. Falando em pornografia é que se chama de bárbara. (www.memoriacinebr.com.br)

O censor Carlos Rodrigues deu seu parecer na categoria Apreciação crítica; “...o filme poderia perfeitamente ser cortado em diversas cenas onde os personagens se arrastam. Demonstram no caso a inexperiência do diretor. Excelente fotografada em preto e branco, bem como as ‘tomadas’ de efeito magnífico. O censor José Viera era o mais moderno nos quadros da censura, mas mostrou-se o mais bem preparado do grupo. Faz contextualização do filme reconhecendo sua importância, sendo uma exceção, no meio de tantos censores despreparados”. (SIMÕES, Inimá p.74/75 – 1999). No primeiro parecer não havia referência ao nome do diretor e no segundo o nome é Agnaldo Azevedo, mostra o total desconhecimento dos censores de quem é o diretor do filme. Os critérios utilizados pelos censores eram muito subjetivos, prevalecendo muitas vezes suas opiniões pessoais, a limitação intelectual e atos pitorescos, erros gramaticais não impediram a Censura de ser um eficaz organismo que serviu de escorra para o regime. O órgão foi reorganizado, e passou a ser subordinado a Polícia Federal, a regulamentação da carreira de censor com a exigência de curso de graduação, e o fomentando de cursos de aperfeiçoamento em âmbito interno. Em 1967, por decisão administrativa o Ministério da Justiça Federal e Assuntos Internos, passa a chamar-se Ministério da Justiça, e o Departamento Federal de Segurança Pública em Departamento da Polícia Federal, ao qual fica subordinado o Serviço de Censura de Diversões Públicas – SCDP.

É sancionada a Lei nº 5.536, em novembro de 1968 criando o curso de Técnico de Censura, que passa exigir a graduação em específicas áreas de formação: Direito, Jornalismo, Ciências Sociais, Sociologia e Pedagogia, e simultaneamente o Conselho Superior de Censura – CSC, que seria última instância para que se recorresse das decisões do Diretor da Censura Federal.

A autora aborda que “... mais uma vez, a censura se reorganiza para melhor executar a tarefa de fortalecimento do regime, que neste momento significava a criação de condições para o fechamento político que se daria em 13 de dezembro de 1968”. (SOUZA, Pinto Leonor, 2006).

Percebe-se a profissionalização do aparato repressivo com exigência de formação superior para os censores. Mas a truculência e falta de critérios continuavam os pareceres muitas vezes, sendo, de cunho pessoal.

4. A Censura Aperta o Cerco com o AI-5

“A censura reina déspota absoluta e seu foco passa a ser francamente político-ideológico”

(Fonte: <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Daniel%20Trevisan%20Samways.pdf>).

Foi no governo do Presidente Artur da Costa e Silva, que o Brasil vive em 14/12/1968, a decretação do mais terrível e abrangente e autoritário dos Atos Institucionais – AI-5, que reforçou os poderes discriminatórios do regime militar. Seus efeitos são devastadores e as virulências conhecidas, exercidas pela censura combateu as produções artísticas e culturais, muitas das vezes levando a falência de produtores e prejuízos aos profissionais que atuavam nestas áreas.

Só em 1969, o primeiro ano do AI-5, foram censurados dez filmes e cinquenta peças teatrais, segundo o então chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, Aluisio Mulethaler de Souza. (ALMEIDA, de Tavares Hermínia Maria, WEIS, Luiz – p.341).

Nova tendência cinematográfica estava surgindo, e o Cinema Novo da passagem ao Tropicalismo, que tem Caetano Veloso um de seus mais importantes representantes, dois filmes marcam esta intenção.

Em 1968, Walter Lima Jr, roda o filme: Brasil, ano 2000, este filme retrata em forma de ficção o Brasil do futuro, um país disforme e desigual. Mais uma vez os censores produzem verdadeiras pérolas.

Novamente utilizarei fielmente a redação dos censores, o parecer de Manuel Felipe de Souza Leão Neto, datado de 23 de abril de 1969, “... o enredo do filme é ofensivo à civilização brasileira. Nele, o país é tratado como nação primitiva, habitada por selvagens”.

Trata-se, pois, de uma sátira “chula”, onde o produtor tenta (sem conseguir) imitar a linha do chamado cinema novo.

Observamos nele cenas que poderão ferir, de certa forma, a dignidade ou interesse nacional. O Brasil foi jogado a condição, quando o produtor tenta caracterizar a inquietação e a revolta dos jovens irresponsáveis integrantes do grupo que tem como ponto de honra a eterna crítica ao sistema de vida vigente e ao comportamento normal da sociedade que expeliu.

VETAMOS INTEIRAMENTE essa obra, em cujo bojo somente encontramos ofensas à cultura, ao progresso e à dignidade de nossa nação brasileira.

Em todos os setores encontramos os seus seguidores. Os que rezam na mesma “cartilha”. E a Polícia aí esta pronta para repelir a ação desta casta repugnante, indesejável e ordinária.

O filme “Brasil Ano 2000” é um digno representante desse grupelho. Votamos pela Interdição Sumária. (www.memoriacinebr.com.br)

Macunaíma foi produzido a partir de um original da obra de Mário de Andrade, misturando o arcaico e o moderno. Seu diretor Joaquim Pedro de Andrade, “introduz aspectos do Brasil Moderno de 1968, explorando seus aspectos mais bizarros e cafonas”. (SIMÕES, Inimá p.129 – 2004).

O filme sofre vários cortes pelo SCDP, não é levado em consideração ser uma obra literária do movimento modernista brasileira, e difundida em toda rede de ensino nacional e traduzida em varias línguas. Macunaíma tem uma repercussão positiva internacionalmente e no Festival de Veneza, foi conseguida pelo cineasta uma negociação para solucionar os cortes, mantendo a originalidade da obra.

Os anos setenta se inauguram sob inspiração do milagre econômico. Os meios de comunicação são obrigados divulgar mensagens de exaltação e credibilidade ao regime: “Ninguém segura esse país”, “Pra frente, Brasil”, “Brasil: ame-o ou deixe-o...” A vitória do Brasil na Copa do Mundo forjava a idéia de um “Brasil grande”. (PESAVENTO, Sandra Jatahy – p.73, 1991).

A censura manteve seus poderes de proibir e castrar filmes, peças e teatros, músicas e livros, jornais e todas as outras atividades, até transformar-se num órgão enfeitado nos tempos de abertura. (SIMÕES, Inimá, 2004).

5. Conclusão

O Brasil, neste período passa por um processo acelerado de mudanças sociais e de novas formas de entretenimento e cultura. Neste quadro de mudanças, o cinema tem suas raízes fincadas à questão do nacionalismo, havendo florescimento vigoroso de outros segmentos de cultura de massa, sob forte influência internacional.

O AI-5 causou um verdadeiro estrago no meio cultural e político, levando muitos brasileiros a se exilarem ou serem exilados. Sua grandeza ficou demonstrada através da violência em que a ditadura militar hostilizou a produção artística e cultural do Brasil, com embate às vezes arrasador sobre os seus profissionais. Seu maior objetivo foi emudecer, mais do que produção cultural, mas seus autores. A intransigência sofrida pelos ofícios artísticos, através do ensaio de novas propostas estéticas, como Tropicalismo, dita como arma oficial de subversão política, deixando autores, artistas e produtores às vezes falidos, por sua truculência e arbitrariedade.

Mas, mesmo assim, a produção cultural se mostra cada vez mais criativa e com mensagens ideológicas. Seu maior expoente o Cinema Novo preocupado com produção de filmes com abordagem de problemas sociais e a identidade nacional, e se contrapondo à massificação dos filmes estrangeiros como forma de resistência ao golpe. A censura vai assumindo a tarefa de sustentar o regime, acrescentando motivações políticas aos princípios da moralidade que foi seu primeiro objetivo. O AI-5 foi concebido para garantir a permanência dos militares no poder, obrigando os cidadãos a se submeterem às suas vontades.

A partir de 1968, e durante a década de 70, sufocado pela censura, o cinema nacional será obrigado a recorrer à metáfora como única forma de tentar dizer o que não era mais permitido. (PINTO, Leonor Souza, p.6).

Sem a censura, o governo militar que se impôs a partir de 1º de abril de 1964, não teria perdurado, quase 30 anos. Seria muita inocência crer inexistir censura no Brasil, como vimos ela existiu de forma ocasional e não sistemática e organizada, como passou a ser com advento do AI-5. O medo foi uma constante e o combate ao comunismo à desculpa para o regime manter a máquina repressiva. A estrutura criada pelo regime militar para reprimir, censurar, tinha como único objetivo o controle da sociedade.

Referências

- AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência : O Estado de São Paulo e Movimento. Editora: Edusc, São Paulo, 1999.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SOUZA, Laura de Mello e; SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- AMBRÓSIO, Andréa Nunes e SARTÓRIO, Adriana. Censura e Repressão no Regime Militar: A Imprensa Silenciada e Seus Reflexos na Sociedade. Disponível em: <<http://webjornal.fesv.br/artigos/arquivos/alunos/andrea%20nunes.pdf>>
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Editora UNB/L.G.E, 12º edição, 2004.
- FICO, Carlos, Além do golpe: Versões e controvérsias sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos. "Prezada Censura": Cartas ao Regime Militar. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico_prezada_censura.pdf>
- FICO, Carlos. Espionagem. Polícia Política. Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GALVÃO, Maria Rita. Crônica do cinema paulistano. São Paulo, Editora Ática (Coleção Ensaios, v. 15), 1975.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. O Brasil Contemporâneo. Porto Alegre – Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

PINTO, Leonor E. Souza. (DES) caminhos da Censura no Cinema Brasileiro: Os Anos da Ditadura. Disponível em:
<http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/Des_caminhos_da_censura.pdf>

SIMÕES, Inimá. Roteiro da Intolerância: A Censura Cinematográfica no Brasil, São Paulo: Editora SENAC, 1999.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida e WEIS, Luiz. História da Vida Privada no Brasil, v. 4 - Carro Zero e Pau de Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar, Cia das Letras – p. 320/409.